



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1759135 - DF (2020/0238077-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA**
ADVOGADOS : **JACQUES ANTUNES SOARES - RS075751**
 LUCAS FLORENCE CATTANI - RS086869
 ÍCARO GUIMARÃES - RS090744
AGRAVADO : **CRISTIANE MARIA DE JESUS SILVA**
ADVOGADO : **DOUGLAS BARBOSA LUCAS - DF055465**

DECISÃO

Cuida-se de Agravo em Recurso Especial, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial que interpôs.

Argumenta que a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto incorre em equívoco ao entender que o aresto recorrido estaria em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, na medida em que, segundo alega, a matéria sequer foi cotejada em conjunto com as razões recursais reiteradamente invocadas pela agravante.

O recurso especial foi inadmitido sob o fundamento de que inexiste afronta aos arts. 489 e 1.022 do CPC se o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo. Outrossim, foi indeferida a atribuição de efeito suspensivo porque, segundo a decisão de inadmissibilidade do recurso especial, o recurso especial sequer ultrapassou o juízo de prelibação exercitado pelo Tribunal de origem, revelando-se, assim, patente a ausência do requisito do *fumus boni iuris*.

Na origem, trata-se de cumprimento de sentença coletiva proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 2015.01.1.136763-2 contra a MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A, originando a condenação da empresa executada ao pagamento de quantia certa em favor de eventuais adquirentes de unidades integrantes do empreendimento Altos de Taguatinga II, o que levou à execução individual de sentença para pagamento da parte líquida relacionada à indenização por danos morais concedida aos adquirentes não contemplados pela entrega da área de lazer completa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: *o fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

No caso em epígrafe, trata-se de cumprimento individual de sentença coletiva com conclusão judicial, a favor da parte exequente, no sentido de que a substituição da garantia em dinheiro por outro bem somente pode ocorrer de forma excepcional quando não ocorrer prejuízos ao exequente, e as instâncias originárias, mediante análise do conjunto fático-probatório dos autos, chegaram à conclusão de que não é devida, neste caso concreto, a aceitação do seguro garantia como sugerido, não presente, num exame perfunctório, a fumaça do bom direito. Outrossim, vislumbra-se a probabilidade de confirmação da negativa de seguimento do recurso especial diante da fundamentação apresentada pelo Tribunal *a quo* no sentido de não ultrapassagem do juízo de prelibação.

Ocorre que, não obstante a fundamentação sustentada pela requerente, o fato é que seu exame encontra-se atrelado ao próprio mérito do agravo em recurso especial, e, diante da natureza satisfativa do pleito, sua análise pormenorizada compete ao colegiado, não sendo, pois, passível de exame/concessão em sede de cognição sumária.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte precedente jurisprudencial:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TUTELA DE URGÊNCIA - PRETENSÃO VOLTADA À ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, A SER REMETIDO A ESTA CORTE NA FORMA DE ARESP - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A TUTELA PROVISÓRIA - AUSENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI JURIS E DECISÃO TERATOLÓGICA OU CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE - FORTE PROBABILIDADE DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERENTES.

1. A concessão da medida cautelar para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora.

2. A probabilidade de negativa de seguimento do recurso especial demonstra a ausência do fumus boni iuris, requisito imprescindível ao deferimento da tutela de urgência.

3. Não se tratando de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência desta Corte, bem assim ausente a demonstração da plausibilidade do direito invocado, requisito imprescindível ao cabimento da pretensão cautelar, impõe-se o seu indeferimento.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl na Pet 11773/SP, Relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 17/08/2017, grifo meu).

Ante o exposto, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial.

Como o processo se encontra distribuído, determino o encaminhamento dos autos diretamente ao Ministro Relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente